



**ACÓRDÃO Nº1040/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11383/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo – EMTU.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Euler Carlos de Souza Cordeiro (Ordenador de Despesa), José Henrique Soares Barbosa de Assis (Ordenador de Despesa), Nilton Francisco de Lima (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2285/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU. Exercício de 2020.

*Regularidade. Irregularidade. Alcance. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular** a Prestação de Contas do **Sr. Nilton Francisco de Lima**, Presidente **Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo**, no período de 09/04 a 23/04/2020, nos termos do art. 22, inciso I da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c artigo 188, inciso II e § 1º, inciso I da Resolução nº 04/2002-RITCEAM;

**10.2. Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Euler Carlos de Souza Cordeiro**, Presidente **Empresa Municipal de Transportes Urbanos de**



**ACÓRDÃO Nº1040/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**Presidente Figueiredo**, no período de 01/01/2020 a 08/04/2020 e de 19/11/2020 a 31/12/2020, nos termos do art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c” da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c artigo 188, inciso II e § 1º, inciso III, alíneas “b” e “c” da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, considerando o dano causado ao erário e as impropriedades não sanadas relacionadas no item da aplicação da multa;

**10.3. Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Jose Henrique Soares Barbosa de Assis, Presidente Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo**, no período de 24/04 a 18/11/2020, nos termos do art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c” da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c artigo 188, inciso II e § 1º, inciso III, alíneas “b” e “c” da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, considerando o dano causado ao erário e as impropriedades não sanadas relacionadas no item da aplicação da multa;

**10.4. Considerar em Alcance o Sr. Euler Carlos de Souza Cordeiro** no valor total de **R\$ 77.996,02** (setenta e sete mil, novecentos e noventa e seis reais e dois centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance na esfera Municipal para o órgão Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU, nos termos do art. 304, inciso I da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, uma vez verificado o pagamento de combustível sem a devida comprovação de sua entrega à EMTU-PF, conforme verificado no achado 13 da Notificação nº 03/2021-DICAMI;

**10.5. Considerar em Alcance o Sr. Jose Henrique Soares Barbosa de Assis** no valor total de **R\$ 495,00** (quatrocentos e noventa e cinco reais) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance na esfera Municipal para o órgão Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU, nos termos do art. 304, inciso I da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, uma vez verificado o pagamento onde não se pode determinar o objeto adquirido, sua finalidade pública ou se o mesmo foi devidamente entregue ou empregado pela EMTU-PF, conforme verificado neste achado 05 da Notificação nº 04/2021-DICAMI;

**10.6. Aplicar Multa ao Sr. Euler Carlos de Souza Cordeiro** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) nos termos do do art. 54, inciso VI da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio



**ACÓRDÃO Nº1040/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

ao Exercício do Controle Externo - FAECE”, em face das impropriedades constantes da Notificação nº 03/2021-DICAMI:

- 10.6.1. Achado 01**, ausência de documentos exigidos na Prestação de Contas Anual, descumprindo o disposto na Resolução nº 04/2016, art. 2º, incisos XVIII, XIX, XXII, XXIV, XXXII, XXXIII e XXXIV;
- 10.6.2. Achado 02**, contratação direta de serviços públicos sem formalização de processos de inexigibilidade, descumprindo o disposto na Constituição Federal, art. 37, inciso XXI c/c art. 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nacional nº 8.666/1993;
- 10.6.3. Achado 03**, contratação direta sem prévia licitação de serviços de telecomunicações, descumprindo o disposto na Constituição Federal, art. 37, inciso XXI c/c art. 2º da Lei nacional nº 8.666/1993;
- 10.6.4. Achado 04**, pagamento de diárias sem o devido processo administrativo (Portarias nº 01 e 15/2020), descumprindo o art. 63, §§1º e 2º da Lei 4320/1964;
- 10.6.5. Achado 06**, compras diretas de pequena monta realizadas sem o devido processo de dispensa de licitação, descumprindo o disposto na CF, art. 37, inciso XXI c/c art. 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nacional nº 8.666/1993;
- 10.6.6. Achado 07**, ausência de justificativas quanto à escolha e ao preço de imóvel locado (Dispensa de Licitação nº 02/2020, nos termos do art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/1993), descumprindo o disposto na Constituição Federal, art. 37, inciso XXI c/c art. 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nacional nº 8.666/1993;
- 10.6.7. Achados 08 e 12**, ausência de numeração nas folhas de processo administrativo (Dispensa de Licitação nº 02/2020 e Contrato nº 02/2019), descumprindo o disposto no art. 38, *caput*, da Lei nacional nº 8.666/1993;
- 10.6.8. Achado 09**, ausência de parecer jurídico no processo administrativo (Dispensa de Licitação nº 02/2020), descumprindo o disposto no art. 38, incisos VI e XI da Lei nacional nº 8.666/1993;
- 10.6.9. Achado 10**, ausência de publicação do extrato do contrato decorrente do processo administrativo (Dispensa de Licitação nº 02/2020), descumprindo o disposto no art. 61, *caput* e parágrafo único da Lei nacional nº 8.666/1993;
- 10.6.10. Achado 11**, ausência de fiscal do contrato formalmente designado (Contrato nº 02/2019 - fornecimento de derivados do petróleo), descumprindo o disposto no art. 67 da Lei



**ACÓRDÃO Nº1040/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

nacional nº 8.666/1993;

**10.6.11. Achado 14**, ausência de controle patrimonial, descumprindo o disposto no art. 94 da Lei nº 4320/1964.

**10.6.12. Achado 16**, pagamento de gratificação sem previsão legal, descumprindo o disposto no art. 169, *caput* da Constituição Federal.

**10.6.13. Achado 17**, pagamento de multas no recolhimento intempestivo de contribuições previdenciárias, descumprimento do art. 30, inciso I, alínea “a” da Lei nº 8.212/1991;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.7. Aplicar Multa** ao Sr. **Jose Henrique Soares Barbosa de Assis** no valor de **R\$ 13.654,39**, nos termos do art. 54, inciso VI da Lei nº 2.423/1996-LOTCE-AM, e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”, em face das impropriedades constantes da Notificação nº 03/2021-DICAMI:

**10.7.1. Achado 01**, contratação direta de serviços públicos sem formalização de processos de inexigibilidade, descumprindo o disposto na Constituição Federal, art. 37, inciso XXI c/c art. 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nacional nº 8.666/1993;

**10.7.2. Achado 02**, contratação direta sem prévia licitação de serviços de telecomunicações, descumprindo o disposto na Constituição Federal, art. 37, inciso XXI c/c art. 2º da Lei nacional nº 8.666/1993;

**10.7.3. Achado 03**, pagamento de diárias sem o devido processo administrativo (Portarias nº 01 e 15/2020), descumprindo o art. 63, §§1º e 2º da Lei 4320/1964;

**10.7.4. Achado 04**, compras diretas de pequena monta



**ACÓRDÃO Nº1040/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

realizadas sem o devido processo de dispensa de licitação, descumprindo o disposto na Constituição Federal, art. 37, inciso XXI c/c art. 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nacional nº 8.666/1993;

**10.7.5. Achado 06**, ausência de controle patrimonial, descumprindo o disposto no art. 94 da Lei nº 4320/1964.

**10.7.6. Achado 08**, pagamento de gratificação sem previsão legal, descumprindo o disposto no art. 169, caput da Constituição Federal.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.8. Dar ciência** ao Sr. **Nilton Francisco de Lima**, acerca do julgado;

**10.9. Dar ciência** ao Sr. **Euler Carlos de Souza Cordeiro**, acerca do julgado;

**10.10 Dar ciência** ao Sr. **Jose Henrique Soares Barbosa de Assis**, acerca do julgado.

**11- Ata:** 24ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 5 de Julho de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 6

**ACÓRDÃO Nº1040/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**

Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**

Procuradora-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES em 08/07/2022.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 70AA611E-2CE5BBEF-43E1B6B7-8558CDC6